



Pedreira (SP), 11 de Junho de 2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 558/2019

1 – PREÂMBULO

1.1. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, através do Setor de Licitações e Contratos, com sede Administrativa situado à Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539 – Vila São José, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, torna público que se acha aberta a presente **TOMADA DE PREÇOS**, sob o nº **04/2.018**, **tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1.2. Prazo de recebimento dos envelopes **01 – DOCUMENTAÇÕES** e **02 – PROPOSTA COMERCIAL**:

1.2.1. Para as empresas **cadastradas** e **não cadastradas** até às **8h30min do dia 15/07/2019**.

1.3. Os envelopes **01 – DOCUMENTAÇÕES** e **02 – PROPOSTA COMERCIAL** deverão ser entregues no Setor de Licitações e Contratos, no endereço mencionado no **item 1.1.** deste Edital.

1.3.1. O início da abertura do envelope 01 – Documentações, ocorrerá às **9h00min**, no mesmo dia mencionado no item **1.2.1**, na sede administrativa do SAAE, no mesmo endereço mencionado acima, seguindo-se, após a abertura do **Envelope 02 – PROPOSTA COMERCIAL**, desde que ocorra desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrições, os seguintes anexos:

- I -** Modelo da Declaração de Habilitação;
- II -** Modelo de Declaração Diversas;
- III -** Modelo da Carta de Credenciamento;
- IV -** Modelo da Declaração nomeando o Responsável Técnico pelos serviços;
- V -** Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;
- VI -** Minuta Contratual
- VII -** Termo de Ciência e Notificação;
- VIII -** Termo de Referência (08 fls.);
- IX -** Planilha Orçamentária (03 fls.);
- X -** Cronograma-físico- financeiro (Folha Única);
- XI -** Contrato Fehidro nº 43/2019.
- XII -** Parecer Técnico da Cetesb
- XIII -** Plantas (Detalhes Gerais; Plantas da rede de Distribuição; Planta Localização e Planta de Comprimentos de Substituição)

2 – OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a Contratação de empresa especializada, para **SUBSTITUIÇÃO PELO METODO NÃO DESTRUTIVO (MND) DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E RAMAIS DE LIGAÇÃO DOS BAIRROS SÃO JOSÉ E BELA VISTA DO MUNICIPIO DE PEDREIRA**, em conformidade com os **Anexos VII ao XIII** desta Tomada de Preços.

2.1.2. As verbas para custeio desta Licitação são oriundas do Contrato FEHIDRO nº 43/2.019, onde a contrapartida máxima do Estado de acordo com o Cronograma de Execução Financeira é de R\$ **2.433.095,57** (dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, noventa e cinco reais e cinquenta sete



centavos) e o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA e de no máximo R\$ 211.594,88 (duzentos e onze mil, quinhentos e noventa e quatro centavos e oitenta e oito centavos).

3 – DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Das restrições:

3.1.1. Não poderá participar da presente licitação empresa:

3.1.1.1. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;

3.1.1.2. declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tenha restabelecido sua inidoneidade;

3.1.1.3. Com falência decretada;

3.1.1.4. Consorciada.

3.2. Das condições:

3.2.1. Poderão participar da presente **Tomada de Preços** empresas no ramo de atividade pertinente ao objeto, bem como as cadastradas no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, ou que atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital para as não cadastradas.

3.2.1.1. Requisitos para as cadastradas:

a) O **Certificado de Registro Cadastral**, expedido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, dentro do prazo de validade, guardada a conformidade com o objeto da Licitação;

b) Qualificação Técnica:

b.1) Apresentar o Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia com validade em vigor ;

b.2) Nomear o(a)s responsável(is) técnico(a)s pelos serviços, apresentando declaração nos moldes do modelo do **Anexo IV**, demonstrando que o(a) mesmo(a) possui vínculo profissional com a empresa licitante, que poderá se dar da seguinte forma: mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível à nomeação de profissional autônomo , desde que o (a) mesmo (a) se responsabilize tecnicamente pela execução dos projetos.

b.2.1) No caso de profissional autônomo, o(a) mesmo(a) deverá apresentar declaração se responsabilizando tecnicamente pela obra, onde deverá vir assinado pelo(a) mesmo(a), como cópia do documento de identidade, ou qualquer outro documento que confirme a assinatura do(a) profissional.

b.3.) a comprovação de aptidão operacional deverá ser feita por atestado(s) emitido(s) em nome da pessoa jurídica licitante, fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado;

b.3.1.) O(s) atestado(s) emitido(s) deverá(ão) conter no mínimo:

b.3.1.1.) 50% (cinquenta por cento) da metragem correspondente a execução de troca de rede por método não destrutivo "Pipe-Bursting", constante na composição orçamentária desta autarquia, ou seja, execução de no mínimo 2.306 (dois mil, trezentos e seis) metros de troca de rede por método não destrutivo "Pipe-Bursting", observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). Caso a unidade do serviço executado não seja em metros, é permitido a conversão para demonstração de capacidade.

b.3.1.2.) 50% (cinquenta por cento) da unidade correspondente a execução de ligação de ramais domiciliar por método não destrutivo "Perfuração Pneumática", constante na composição orçamentária desta autarquia, ou seja, execução de no mínimo 124 (cento e vinte e quatro) unidades de ligação de ramais domiciliar por método não destrutivo "Perfuração Pneumática", observando que será admitido a



somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). Caso a unidade do serviço executado não seja em metros, é permitido a conversão para demonstração de capacidade.

b.4.) Apresentar atestado(s) Técnico(s) Profissional de **troca de Rede por método não destrutivo (MND) "Pipe-Bursting"** e **ligações de ramais domiciliares pelo método de "Perfuração Pneumática"**, onde a comprovação de aptidão deverá ser feita por atestado(s) emitido(s) em nome do(s) responsável(eis) técnico(s) pelos serviços, fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, do mesmo objeto que estamos licitando.

b.4.1) Os atestados deverão ser apresentados em nome dos Profissionais contratados pela licitante, comprovadamente apresentadas por documentos (contratos de prestação de serviços) no ato da licitação, e que serão responsáveis pelos serviços.

b.5.) Listar os Profissionais que estarão envolvidos no projeto e apresentar os currículos devidamente atualizados e assinados de todos os profissionais que irão compor a equipe chave e de apoio bem como seus certificados de Conclusão de Curso e Registros no órgão de classe.

c) Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

Capital social no valor mínimo de **R\$ 264.469,04 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos)**, o qual deverá vir demonstrado através do contrato social ou outro documento equivalente na forma da Lei.

d) Outros Documentos:

Apresentar as declarações exigidas nos **Anexos I e II**, que deverão vir assinadas pelo representante legal da proponente, comprovando documentalmente que a pessoa que está assinando as declarações é a representante legal da proponente. Este documento deverá vir dentro do envelope **nº 1- DOCUMENTAÇÕES**;

e.2. Em atenção ao **Anexo V**, os licitantes que se enquadrarem no âmbito de aplicação desta lei deverão apresentar em apartado declaração específica atestando que se enquadram nas suas disposições normativas, o que será feito no mesmo ato em que ocorrerá a entrega dos envelopes nº. 01 – documentações e 02 – proposta comercial, comprovando documentalmente de acordo com a condição que será mencionada abaixo: **(Atenção! A declaração e a comprovação devida deverão ser entregues com os envelopes, porém deverão vir fora do mesmo).**

e.2.1. Documento que comprove que a empresa licitante fez opção pelo Regime Tributário Diferenciado do "Simples Nacional", e que sua situação está "ATIVA", com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da sessão, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, demonstrando que está "ATIVA", com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da sessão, ou ainda, Certidão emitida pela Junta Comercial onde conste o enquadramento como ME ou EPP.

e.2.2. a pessoa jurídica que não venha a atender o disposto na alínea e.2.1., não terá o benefício da Lei Complementar Federal nº 123/06 aplicada a seu favor.

f) MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE OPTAR PELA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 123/06.

f.1.) caso algum documento correspondente a regularidade fiscal (art. 29, da Lei Federal 8.666/93) que conste no cadastro esteja vencido, as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar nova certidão mesmo que esta apresente alguma restrição, consoante dispõe o art. 43, da



Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. No caso de apresentar alguma restrição, sua regularização deverá se dar no prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a(s) microempresa(s) ou a(s) empresa(s) de pequeno porte for(em) declarada(s) vencedora(s), ou seja, somente para efeito da assinatura do contrato. Fica observado que, este prazo poderá ser prorrogado por igual período em havendo motivo devidamente justificado e aceito pela Comissão Permanente de Licitações, nos termos do §1º, do art. 43, do mesmo dispositivo legal;

f.2.) em não havendo regularização consoante previsão do subitem f.1., implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato ou revogar a licitação nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

g) Na hipótese de não constar prazo de validade, esta Autarquia aceitará como válidos os documentos expedidos até 03 (três) meses imediatamente anteriores à data fixada para apresentação dos envelopes.

3.2.1.2. Requisitos para os não cadastrados:

a) Habilitação jurídica, conforme o caso:

a.1) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);

a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

a.3) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

a.4) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

a.5) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

b.1) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b.2) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

b.3) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal e Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, **mediante a apresentação das seguintes certidões:**

b.3.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, **o qual abrange também as contribuições previdências, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de Outubro de 2014;**

b.3.2) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, referente ao ISS (Imposto Sobre Serviços);

b.4) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

b.5) as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, consoante dispõe o art.43, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. No caso de



apresentar alguma restrição, sua regularização deverá se dar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a(s) microempresa(s) ou a(s) empresa(s) de pequeno porte for(em) declarada(s) vencedora(s), ou seja, somente para efeito da assinatura do contrato. Fica observado que, este prazo poderá ser prorrogado por igual período em havendo motivo devidamente justificado e aceito pela Comissão Permanente de Licitações, nos termos do §1º, do art. 43, do mesmo dispositivo legal do mesmo dispositivo legal, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

b.6.) em não havendo regularização consoante previsão do subitem b.5, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato ou revogar a licitação nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2.006.

b.7.) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade em vigor na data da apresentação.

c) Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

c.1) Capital social no valor mínimo de **R\$ 264.469,04 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos)**, o qual deverá vir demonstrado através do contrato social ou outro documento equivalente na forma da Lei.

c.2) Certidão Negativa de **falência e concordata** expedida pelo distribuidor da **SEDE** da pessoa jurídica;

c.3) Certidão Negativa de **recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da **SEDE** da pessoa jurídica;

c.4) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

d) Qualificação Técnica:

d.1) Apresentar o Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia com validade em vigor ;

d.2) Nomear o(a)(s) responsável(is) técnico(a)(s) pelos serviços, apresentando declaração nos moldes do modelo do **Anexo IV**, demonstrando que o(a) mesmo(a) possui vínculo profissional com a empresa licitante, que poderá se dar da seguinte forma: mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível à nomeação de profissional autônomo , desde que o (a) mesmo (a) se responsabilize tecnicamente pela execução dos projetos.

d.2.1) No caso de profissional autônomo, o(a) mesmo(a) deverá apresentar declaração se responsabilizando tecnicamente pela obra, onde deverá vir assinado pelo(a) mesmo(a), como cópia do documento de identidade, ou qualquer outro documento que confirme a assinatura do(a) profissional.

d.3.) a comprovação de aptidão operacional deverá ser feita por atestado(s) emitido(s) em nome da pessoa jurídica licitante, fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado;

d.3.1.) O(s) atestado(s) emitido(s) deverá(ão) conter no mínimo:

d.3.1.1.) 50% (cinquenta por cento) da metragem correspondente a execução de troca de rede por método não destrutivo "Pipe-Bursting", constante na composição orçamentária desta autarquia, ou seja, execução de no mínimo 2.306 (dois mil, trezentos e seis) metros de troca de rede por método não destrutivo "Pipe-Bursting", observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na



licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). Caso a unidade do serviço executado não seja em metros, é permitido a conversão para demonstração de capacidade.

d.3.1.2.) 50% (cinquenta por cento) da unidade correspondente a execução de ligação de ramais domiciliar por método não destrutivo "Perfuração Pneumática", constante na composição orçamentária desta autarquia, ou seja, execução de no mínimo 124 (cento e vinte e quatro) unidades de ligação de ramais domiciliar por método não destrutivo "Perfuração Pneumática", observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). Caso a unidade do serviço executado não seja em metros, é permitido a conversão para demonstração de capacidade.

d.4.) Apresentar atestado(s) Técnico(s) Profissional de **troca de Rede por método não destrutivo (MND) "Pipe-Bursting"** e **ligações de ramais domiciliares pelo método de "Perfuração Pneumática"**, onde a comprovação de aptidão deverá ser feita por atestado(s) emitido(s) em nome do(s) responsável(eis) técnico(s) pelos serviços, fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, do mesmo objeto que estamos licitando.

d.4.1) Os atestados deverão ser apresentados em nome dos Profissionais contratados pela licitante, comprovadamente apresentadas por documentos (contratos de prestação de serviços) no ato da licitação, e que serão responsáveis pelos serviços.

e.) Outros Documentos:

e.1. Apresentar as declarações exigidas nos **Anexos II e III**, que deverão vir assinadas pelo representante legal da proponente, comprovando documentalmente que a pessoa que está assinando as declarações é a representante legal da proponente. Este documento poderá ser apresentado à comissão antes da abertura dos envelopes ou vir dentro do envelope **nº 1-DOCUMENTAÇÕES**;

e.2. Em atenção ao **Anexo VI**, os licitantes que se enquadrarem no âmbito de aplicação desta lei deverão apresentar em apartado declaração específica atestando que se enquadram nas suas disposições normativas, o que será feito no mesmo ato em que ocorrerá a entrega dos envelopes nº. 01 – documentação e 02 – proposta comercial, comprovando documentalmente de acordo com uma das condições que serão mencionadas abaixo: **(Atenção! A declaração e a comprovação devida deverão ser entregues com os envelopes, porém deverão vir fora do mesmo).**

e.2.1. Documento que comprove que a empresa licitante fez opção pelo Regime Tributário Diferenciado do "Simples Nacional", e que sua situação está "ATIVA", com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da sessão, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, demonstrando que está "ATIVA", com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da sessão, ou ainda, Certidão emitida pela Junta Comercial onde conste o enquadramento como ME ou EPP.

e.2.2. a pessoa jurídica que não venha a atender o disposto na alínea **e.2.1.**, não terá o benefício da Lei Complementar Federal n.º 123/06 aplicada a seu favor.

f) MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE OPTAR PELA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 123/06:

f.1.) caso algum documento correspondente a regularidade fiscal (art. 29 da Lei Federal 8.666/93), que conste no cadastro esteja vencido as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar nova certidão, mesmo que esta apresente alguma restrição, consoante dispõe o art. 43, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. No caso de apresentar alguma restrição, sua regularização deverá se dar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a(s) microempresa(s) ou a(s) empresa(s) de pequeno porte for(em) declarada(s) vencedora(s), ou seja, somente para efeito da assinatura do contrato. Fica observado que, este prazo



poderá ser prorrogado por igual período em havendo motivo devidamente justificado e aceito pela Comissão Permanente de Licitações, nos termos do §1º, do art. 43, do mesmo dispositivo legal.

f.2.) em não havendo regularização consoante previsão na **alínea “f.1.”**, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato ou revogar a licitação nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

g) Os documentos acima que não apresentarem prazo de validade, serão considerados válidos por 03 (três) meses, antecedente da data marcada para abertura do envelope de nº 01 – documentações.

h) É vedada a mesclagem de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho.

4 – DA FORMA DE PREENCHIMENTO DOS ENVELOPES

4.1. Indicação da razão social da proponente;

4.2. Nome do órgão licitante (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira);

4.3. Número da Tomada de Preços;

4.4. Informação se a empresa é ou não “CADASTRADA”.

5 – ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO

5.1. No envelope **01 – DOCUMENTAÇÕES**, que será apresentado indevassável, mediante fecho ou lacre, rubricado no local de fechamento, deverão ser apresentados os documentos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou pelos membros da comissão, mediante apresentação dos originais para confronto ou publicação em órgão de imprensa oficial, da seguinte forma:

5.1.1. Para cadastrados:

5.1.1.1. O exigido no **subitem 3.2.1.1.** e suas alíneas.

5.1.2. Para os não cadastrados:

5.1.2.1. O exigido no **subitem 3.2.1.2.** e suas alíneas.

5.1.3. Devolução de documentos

5.1.3.1. O documento original apresentado para autenticação pela comissão será devolvido após sua conferência pelos interessados.

6 – CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

6.1. A licitante poderá se fazer representar neste certame, desde que, **antes da abertura dos envelopes**, seu representante apresente:

6.1.1. A Carta de Credenciamento (**conforme Anexo III**), assinada pelo representante legal da empresa e cópia do contrato social ou estatuto da empresa, no qual lhe é conferido esse poder;

6.1.2. O credenciamento também poderá ser feito através de instrumento público de procuração ou particular, com todos os poderes para praticar os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente e cópia do contrato social ou estatuto da empresa, no qual lhe é conferido esse poder;

6.1.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.1.4. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação da licitante, mas o impede de manifestar-se nas sessões contra as decisões tomadas pela comissão de julgamento.



7 – ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A proposta propriamente dita, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, em uma via, redigida em português de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo representante legal da proponente e rubricada nas demais folhas, onde deverá vir comprovado documentalmente que quem está assinando a proposta é representante legal da proponente, e, este documento deverá estar dentro do Envelope **nº 2- PROPOSTA COMERCIAL**, caso não seja apresentado anteriormente à abertura do respectivo envelope;

7.2. Deverão estar consignados na proposta:

7.2.1. Razão social, endereço completo e CNPJ;

7.2.3. Número do Tomada de Preços e do Processo Licitatório;

7.2.4. Cotar os itens de acordo com a **Planilha Orçamentária (Anexo IX)**, sendo que deverão estar constando todos os valores unitários e totais de cada item, observando que nestes preços deverão estar constando os custos, além de lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação;

7.2.5. Apresentar o valor global para execução do objeto licitado, de acordo com os valores propostos na planilha orçamentária, correspondente ao **Anexo IX**;

7.2.6. Em caso de divergência entre os valores totais e unitários, prevalecerão os valores unitários;

7.2.7. Apresentar a validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias consecutivos, contados à partir da data de abertura do envelope de nº 01 - documentação;

7.2.8. Apresentar o cronograma físico-financeiro dos serviços de acordo com o **Anexo X**.

7.2.9. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas na presente **Tomada de Preços**.

8 – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. O presente EDITAL será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei 8.666/93.

8.2. Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

8.3. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela comissão de julgamento, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

8.4. É facultada à comissão de julgamento ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

9 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

9.1. Abertura do ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÕES

9.1.1. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes ou seus representantes legais que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir o ato, a comissão de julgamento, iniciará os trabalhos, examinando os envelopes **DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA**, os quais serão rubricados pelos seus membros e pelos representantes dos licitantes presentes, procedendo-se, a seguir à abertura do envelope **DOCUMENTAÇÃO**.



9.1.2. Os documentos contidos nos **envelopes 01** serão examinados e rubricados pelos membros da comissão de julgamento, bem como pelos proponentes ou seus representantes legais.

9.1.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da comissão, devendo toda e qualquer declaração constar da mesma.

9.1.4. Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no mesmo dia, ou se houver o julgamento e todos os licitantes não estiverem presentes, o resultado do julgamento será comunicado aos licitantes pelo site da Autarquia, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÃO, no edital correspondente e também por e-mail ou comunicação pessoal, porém o prazo recursal começa-se a correr à partir da publicidade no site.

9.1.5. Os envelopes **PROPOSTA** das empresas inabilitadas ficarão a disposição dos licitantes pelo prazo de 10 (dez) dias após a publicação no site da Autarquia, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÃO, no edital correspondente, e também por e-mail ou comunicação pessoal, porém a comunicação válida é do site, junto à comissão de julgamento que os devolverá indevidados mediante recibo.

9.1.6. Critérios para fins de habilitação:

9.1.6.1. Serão considerados inabilitados os proponentes que não atenderem as exigências da Tomada de Preços e não preencherem os requisitos exigidos no **item 5**.

9.1.6.2. Se todas as licitantes forem inabilitadas, a administração poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas que ensejarem a inabilitação nos termos do Artigo 48 da Lei 8.666/93.

9.2. A abertura do envelope 02 – PROPOSTA

9.2.1. Os envelopes **PROPOSTA** dos licitantes habilitados serão abertos, a seguir no mesmo local, pela comissão de julgamento, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recurso, de que trata o art. 109, inciso I, letra "a" da Lei 8.666/93. Em não ocorrendo à abertura será comunicada aos licitantes, através de publicação no Diário Oficial do Estado – Seção I - Diário dos municípios; via fax, email ou comunicação pessoal, a nova data, após julgamento dos recursos ou decorrido o prazo sem interposição.

9.2.2. Uma vez aberta às propostas, serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

9.2.3. As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da comissão de julgamento, bem como pelos licitantes presentes, sendo procedida a leitura das mesmas e condições oferecidas.

9.2.4. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, devendo toda e qualquer declaração constar da mesma.

9.2.5. Se o julgamento não ocorrer logo após a abertura dos envelopes, a comissão divulgará o resultado através de publicação no site do Município, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÕES, no edital correspondente, e também por e-mail ou comunicação pessoal, porém o prazo recursal começa-se a correr à partir da publicidade no site.

9.3. Critérios de julgamento das propostas:

9.3.1. Desclassificação:



9.3.1.1. Serão desclassificadas as propostas que:

b) Não atenderem as exigências estabelecidas na Tomada de Preços;

9.3.1.2. Se todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo mencionado no artigo 48, II, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações para a reapresentação de outra, escoimadas as causas que ensejaram a desclassificação.

9.3.2. Classificação:

9.3.2.1. Após exame das propostas, a comissão fará a classificação, levando em conta exclusivamente o menor preço global para a execução do objeto licitado, desde que atendidas as exigências do Edital e o preço apresentado esteja dentro do orçado pela Administração, o qual será comprovado através da composição orçamentária, observando que caso a Comissão Permanente de Licitações constate algum(s) item(s) constante(s) da **planilha de composição orçamentária (anexo VIII)** apresentada pela licitante apresente algum preço manifestando inexecutível por se caracterizar como irrisório ou flagrantemente excessivo, nos termos do **inciso II do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações, comparado com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado terá sua proposta desclassificada, independente do valor global apresentado, nos termos do inciso I do mesmo diploma legal.

9.3.2.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito na forma do disposto no § 2º, do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, onde persistindo o empate, o desempate será por sorteio, em ato público, mediante prévia comunicação através de publicação no site do Município, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÃO, no edital correspondente, e também por e-mail ou comunicação pessoal, porém a comunicação válida é do site.

9.3.2.3. Havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalos iguais ou inferiores a **10% (dez por cento)** da licitante originalmente melhor classificada no certame, serão consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do **art. 44 §1º, DA Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**.

9.3.2.4. Não sendo exercido o direito de preferência nos termos do **subitem 9.3.2.3.** no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da ciência, com a apresentação de proposta inferior, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta mais bem classificada.

9.3.2.5. A efetivação da ciência será dada com publicação no site do Município, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÃO, no edital correspondente, e também por e-mail ou comunicação pessoal, porém a comunicação válida é do site.

9.3.2.6. A preferência da contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte prevista no **subitem 9.3.2.3.**, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por uma delas.

9.4. Da adjudicação e homologação:

9.4.1. A homologação do processo e a adjudicação serão feitas pela autoridade que determinou a abertura da licitação e publicada no site do Município, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÃO, junto ao edital correspondente.

9.5. Da comunicação dos atos:

9.5.1. Da habilitação e inhabilitação, classificação e desclassificação, dos eventuais recursos apresentados, dar-se-á conhecimento através de publicação no site do Município, através do portal



www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÃO, junto ao edital correspondente e também por e-mail ou comunicação pessoal, porém a comunicação válida é do site.

10 – DO CONTRATO

10.1. A licitante vencedora do certame deverá assinar o Contrato, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da Homologação/Adjudicação no Diário Oficial do Estado – Seção I - Diário dos Municípios; comunicação via fax, email ou pessoal à proponente**, junto ao Setor de Licitações e Contratos, situado à Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539 – Vila São José – Pedreira – SP, no seguinte horário, **das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas**.

10.1.1. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.1.1.1. Se a licitante se recusar, sem motivo justificado ou justificado e não aceito pela Administração, a assinar o Contrato, dentro do prazo previsto no **subitem 10.1.** ou **subitem 10.1.1.**, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, além de outras sanções cabíveis e previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.1.2. Quando a empresa não for do Estado de São Paulo, no ato da assinatura do instrumento de contrato, a mesma deverá apresentar o visto no CREA/CAU, estado de São Paulo, observando que se o objeto a ser executado ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, deverá apresentar o registro no CREA/CAU do estado São Paulo. Tal exigência vai de encontro com o art. 5º da Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira pagará à **EMPRESA CONTRATADA** pela execução do objeto através da sua tesouraria, da seguinte forma:

11.1.1. A empresa contratada poderá emitir Nota Fiscal/Fatura mensal, ou seja **30 (trinta) dias** consecutivos após a emissão da ordem de início dos serviços e as demais a cada **30 (trinta)** consecutivos, em conformidade com os serviços realizados, medidos e autorizados, o pagamento ocorrerá conforme liberação constante **na Cláusula Sexta – Do Repasse dos Recursos** do Contrato Fehidro nº 43/2019;

11.1.2. As medições/notas fiscais deverão vir autorizadas pelo(a) Engenheiro(a) responsável pela fiscalização do objeto, sendo que no corpo das notas fiscais, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e o SAAE e número do contrato FEHIDRO, sendo que tais documentos deverão vir com aceite do fiscal do contrato.

11.1.3. Liberando o recurso para pagamento por parte do Estado, o SAAE pagará sua contrapartida na proporção que cabe a ela, onde este pagamento ocorrerá no prazo Máximo de 20 (vinte) dias consecutivos a contar da liberação, respeitando o artigo 5º da Lei 8.666/93.

11.2. Em todas as notas fiscais deverá vir constando também o número do contrato de repasse (cláusula 2.1.2).

11.3. A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto, conforme contrato e planilhas aprovadas pelo Fehidro.



11.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal/ Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir da sua reapresentação.

11.5. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira – SAAE, não efetuará qualquer pagamento por boleto bancário. Os pagamentos serão feitos via depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante ou mediante retirada no valor na Tesouraria do SAAE.

11.6. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

11.7. Encaminhar junto com a Nota Fiscal as guias do(s) mês(es) do INSS, FGTS e PIS, devidamente recolhidas. Tais documentos são correspondentes ao período de execução dos serviços.

12- DAS SANÇÕES

12.1.1 Sem prejuízo das sanções previstas no **art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93**, a licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

12.1.2 Desistência da proposta: multa de 20% (vinte por cento) do respectivo valor apresentado.

12.1.3 Ocorrendo a hipótese descrita no item **12.1.2.**, será convocada a 2ª colocada, para que aceite o objeto licitado pelo valor adjudicado à 1ª colocada, que aceitando, incorrerá nas mesmas penalidades caso venha a cometer as mesmas faltas.

12.1.4 A multa prevista não tem caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente o pagamento dela não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

13 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1. O prazo de execução do objeto licitado será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogável.

13.1.1. A ordem de início de serviços somente será emitida após parecer, aprovação e liberação da 1ª parcela pelo FEHIDRO emitida pelo Agente Técnico do Estado.

13.1.2. A prorrogação do prazo, caso comprovadamente necessário, somente será efetuado mediante justificativa expressa apresentada pela parte interessada com anuência da outra, antes do limite fixado para seu término e autorizado pelo Agente Técnico do Estado “CETESB”.

15 – DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os custos e despesas resultantes dos pagamentos da execução do objeto da presente licitação serão de responsabilidade desta Autarquia, através das **Dotações Orçamentária:**

Unidade: 01 SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE

Executora: 01 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE

Dotação: 17.512.0020.1456.4.4.90.51.00.00 OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA

Cód. Reduzido: 3138

Reserva de Saldo: 690



Valor Reservado: 2.489.104,77 (dois milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e quatro reais e setenta e sete centavos).

VERBA: FEHIDRO

Unidade: 01 SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE

Executora: 01 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE

Dotação: 17.512.0020.1456.4.4.90.51.00.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURID

Código Reduzido: 3137

Reserva de Saldo: 691

Valor Reservado: R\$ 216.465,74 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

16 – DA FORMA, LOCAL PARA ADQUIRIR O EDITAL E OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

16.1. O Edital e seus anexos em inteiro teor estarão à disposição dos interessados, **a partir do dia 25/06/2019, até o dia 15/07/2019, às 17h00min**, de 2ª à 6ª feiras (exceto feriados ou pontos facultativos), no valor de R\$ 11,40 (onze reais e quarenta centavos) das 08h00min às 17h00min horas, no Setor de licitações e Contratos, situado à Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539, Vila São José, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, ou no site www.saaepedreira.com.br link licitações/exercícios (**gratuitamente**). Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, no Setor de Licitações e Contratos, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (19) 3852 – 4653.

16.2. O prazo mencionado no **subitem 16.1.** é para que a licitante tenha tempo hábil para elaborar a proposta.

17 – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

O Termo de Recebimento Provisório deverá ser emitido pelo(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização, e assinado por ele(a), por quem solicitou a obra e pelo(a) responsável legal da empresa contratada, em até 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação escrita da empresa Contratada do término de execução, e o Termo Definitivo deverá ser emitido pelo(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização, e assinado por ele(a), por quem solicitou o objeto, pelo Sr. Diretor Geral e pelo(a) responsável legal da empresa contratada, após o término do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, esclarecendo que o prazo de observação não poderá ser superior a 90 (noventa) dias consecutivos, à contar da comunicação escrita da empresa Contratada do término de execução do objeto.

18 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O responsável pelo acompanhamento e fiscalização será nomeado pela Diretoria Geral, sendo que a responsabilidade técnica da obra é inteira responsabilidade da Contratada.

19 – DA VIGÊNCIA

19.1. O prazo da vigência do instrumento contratual inicia-se a partir da data de sua assinatura encerrando-se na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

20 - DO REAJUSTE

Após o período de 12 (doze) meses, contados à partir da data fixada no referido edital para apresentação da proposta de preços, o preço do objeto ainda não executado a contar da data em que foi pedido pela contratada poderá ser reajustado de acordo com o índice IPCA/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.



21. DA(S) DOCUMENTAÇÃO(ÕES) A SER(EM) APRESENTADA(S) PELA LICITANTE VENCEDORA DO CERTAME:

21.1. PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL A LICITANTE VENCEDORA DO CERTAME DEVERÁ APRESENTAR:

21.1.1. Todos os documentos **relativos à regularidade fiscal** d descritos no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93, exigidos para o certame que estiverem vencidos quando da apresentação para o certame, conforme prevê o **art. 16 da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02 de outubro de 2014.**

21.1.2. Listar os Profissionais que estarão envolvidos no projeto e apresentar os currículos devidamente atualizados e assinados de todos os profissionais que irão compor a equipe chave e de apoio bem como seus certificados de Conclusão de Curso e Registros no órgão de classe.

21.2. AS DOCUMENTAÇÕES APRESENTADAS SOMENTE SERÃO ACEITAS E CONSIDERADAS VÁLIDAS NO ORIGINAL OU POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA AUTENTICADA POR CARTÓRIO COMPETENTE, POR PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL OU POR SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO.

21.3. Caso a licitante vencedora do certame deixar de apresentar a(s) documentação(ões) exigida(s) no **subitem 21.1.1. e 21.1.2.** será aplicada multa pecuniária em 20% (vinte por cento) do valor total vencido, além da sanção prevista no artigo 87º da Lei Federal 8.666/93.

21.4. No caso de penalidades constantes no subitem acima será garantido o contraditório e a ampla defesa.

22. DOS RECURSOS

22.1. O prazo para apresentação das razões do recurso, e para contrarrazões está disciplinado no art. 109, I, §3º da Lei Federal nº 8.666/93.

22.2. O recurso deverá ser dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual deverá ser protocolado no Setor de Protocolo da Autarquia, ou no próprio Setor de Licitações e Contratos, que estão localizados na Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539, Vila São José – Pedreira/SP, CEP 13.920-000, entregue por correio no referido endereço, ou por e-mail, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@saaepedreira.com.br. O encaminhamento do recurso, e o prazo para julgamento, está disciplinado no § 4º., do art. 109 da Lei 8.666/93.

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. No valor global deverão estar computadas todas as despesas diretas e indiretas com a execução dos serviços, despesa com administração e expediente, guarda e sinalização das obras e serviços, manutenção e depreciação de máquinas, encargos sociais e trabalhistas, transportes, seguro, benefícios, liquidação de responsabilidades por acidente de trabalho ou que cause danos ou prejuízos ao município ou a terceiros por motivo de dolo, negligência, imprudência da empresa, de seus prepostos ou funcionários e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas e relativas à execução dos trabalhos objeto do presente certame;

23.2. A licitante executará os serviços com funcionários próprios, os quais não terão vínculo empregatício com a Autarquia, sendo única e exclusivamente remunerados e pagos pela licitante. Todos os encargos com pessoal serão de inteira responsabilidade da licitante, não cabendo a Autarquia nenhuma obrigação, encargo social ou ônus decorrente da legislação trabalhista, social, previdenciária ou fiscal;



23.3. A Autarquia Municipal exercerá fiscalização, sobre os serviços através de seus técnicos ou de técnicos especialmente contratados, além daqueles controles de responsabilidade legal da licitante vencedora;

23.4. A Autarquia Municipal poderá, até a assinatura do contrato, desclassificar licitantes, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver notícia de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a idoneidade financeira, técnica e administrativa de firmas concorrentes;

23.5. A Autarquia Municipal, mediante despacho motivado poderá anular ou revogar a presente licitação não cabendo as concorrentes, sob qualquer pretexto, qualquer direito, indenizações, vantagens ou ressarcimento;

23.6. A licitante será responsável por todas as despesas advindas de encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e sindicais, bem como alimentação, uniforme e transporte de funcionários, e ainda, o pagamento de todos os emolumentos, taxas e tributos Municipais, Estaduais e Federais que incidam ou venham a incidir sobre os serviços do presente instrumento;

23.7. Poderá ser acrescido ou suprimido, nas mesmas condições contratuais, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme prevê o **Art. 65 § 1.º da Lei 8.666/93 e suas alterações.**

23.8. A Comissão Permanente de Licitações deverá atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

24 - DO FORO

Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Pedreira/SP, excluído qualquer outro.

Leonardo Selingardi
DIRETOR GERAL INTERINO - SAAE



ANEXO I – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019

MODELO: DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ref: Tomada de Preço nº 04/2019
Processo Licitatório nº 558/2019

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório da **Tomada de Preço nº 04/2019**, realizado pelo Serviço Autônomo de Água e esgoto de Pedreira, inexistindo qualquer fato impeditivo de contratar, bem como de sua participação no certame.

Data e assinatura do(a) representante legal da empresa



ANEXO II – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019

MODELO: DECLARAÇÕES DIVERSAS

Eu _____(nome completo), representante legal da _____(denominação da pessoa jurídica), participante do TOMADA DE PREÇOS nº 04/2019, do Município de Pedreira/SP, **DECLARO**, sob as penas da lei:

a) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, que a pessoa jurídica encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Para o caso de pessoas jurídicas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo **e, ainda**, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

c) Para o caso de pessoas jurídicas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverei apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

Data e assinatura do(a) representante legal da empresa



ANEXO III – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019

MODELO: TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ref: Tomada de Preço nº 04/2019
Processo Licitatório nº 558/2019

Pelo presente, designo o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) do RG nº _____, para representante desta empresa, estando ele(a) credenciado(a) a responder junto a V.Sas. em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação e interposição de recursos para fins de participação na licitação em referência.

Data

Assinatura do Representante Legal



ANEXO IV – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019

MODELO: DECLARAÇÃO NOMEANDO O RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS SERVIÇOS

Ref: Tomada de Preço nº 04/2019
Processo Licitatório nº 558/2019

_____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARO, que o responsável técnico para a execução do objeto da aludida Tomada de Preço nº 04/2019, será o (a) Sr. (a.) – CREA/.... nº

Data

Assinatura do Representante Legal



ANEXO V – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, **estando apta**, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida Lei complementar, no procedimento licitatório da **Tomada de Preço nº 04/2019**, realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Pedreira/SP.

_____/SP, _____ de 2019.

Assinatura do representante

Nome: _____

RG nº: _____



ANEXO VI

MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA E A EMPRESA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO PELO METODO NÃO DESTRUTIVO (MND) DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E RAMAIS DE LIGAÇÃO DOS BAIROS SÃO JOSÉ E BELA VISTA DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS VII AO X DESTA TOMADA DE PREÇOS.

Pelo presente termo de instrumento particular deste contrato de prestação de serviços, de um lado o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA - CONTRATANTE**, com sede à Rua Pe. Alexandrino do Rego Barros, 200 – Vila Santo Antonio – Pedreira /SP – CEP. 13920-000 – Centro – Pedreira - SP, inscrita no CNPJ (MF) sob o número 09.579.148/0001-05, neste ato representado pelo, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º, matriculado no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda Sob n.º, residente e domiciliado na, e de outro lado, a empresa - **CONTRATADA**, com sede à, inscrita no CNPJ (MF) sob o N.º, neste ato representada pelo, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º, matriculado no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º, residente e domiciliado à, resolvem firmar o presente Contrato decorrente da **Tomada de Preço nº 04/2019**, regido pela Lei Federal nº 8.666 de, 21 de junho de 1.993 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA 1

DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA, obriga-se a SUBSTITUIR PELO METODO NÃO DESTRUTIVO (MND) AS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E RAMAIS DE LIGAÇÃO DOS BAIROS SÃO JOSÉ E BELA VISTA DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA, em conformidade com os Anexos VII ao X desta Tomada de Preços.

1.2. As verbas para custeio desta Licitação são oriundas do Contrato FEHIDRO nº 43/2.019, onde a contrapartida máxima do Estado de acordo com o Cronograma de Execução Financeira é de R\$ 2.433.095,57 (dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, noventa e cinco reais e cinquenta sete centavos) e o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA e de no máximo R\$ 211.594,88 (duzentos e onze mil, quinhentos e noventa e quatro centavos e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA 2

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se compromete pelo presente instrumento à:

2.1. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer ocorrência ou anormalidade na execução dos serviços;

2.2. Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas Técnicas, com estrita observância da legislação em vigor;

2.3. Designar profissionais capacitados, para o cumprimento do objeto deste contrato;



- 2.4.** Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais técnico-especializados e habilitados com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto desta avenca;
- 2.5.** Substituir a qualquer tempo conforme solicitação da **CONTRATANTE**, qualquer elemento utilizado para os serviços, que por motivos técnicos, moral ou disciplinar seja considerado inconveniente;
- 2.6.** Executar os serviços, com funcionários próprios, os quais não terão vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, sendo única e exclusivamente remunerados pela **CONTRATADA**;
- 2.7.** Todas as despesas advindas de encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e sindicais, bem como alimentação, transporte de funcionários, e ainda, o pagamento de todos os emolumentos, taxas, tributos Municipais, Estaduais e Federais que incidam ou venham a incidir sobre os serviços do presente instrumento;
- 2.8.** Providenciar o Recolhimento de A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de início dos serviços;
- 2.9.** Assumir total responsabilidade para a execução dos serviços, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros;
- 2.10.** Manter durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.
- 2.11.** O (A) Responsável Técnico pelos serviços será o(a) Sr.(ª), CREA/ nº
- 2.12.** Fornecer certidões Negativas de Débitos junto ao INSS, FGTS, e Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal com seus prazos de validade vigentes, bem como vir acompanhadas das medições autorizadas pelo(a) Engenheiro(a) responsável pela fiscalização do objeto, sendo que no corpo das notas fiscais, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e o SAAE e FEHIDRO;
- 2.13.** Permitir, assegurar e facilitar a atuação do Banco (agente financeiro), do(s) **AGENTE(S) TÉCNICO(S)** e do **COFEHIDRO**, por meio de seus representantes, funcionários e/ou credenciados;
- 2.14.** Cumprir todas as diretrizes, normas e procedimentos do **FEHIDRO** pertinentes aos empreendimentos, bem como eventuais Deliberações do **COFEHIDRO** que afetem o presente ajuste;
- 2.15.** Toda atividade deverá atender todas as exigências do setor de engenharia da **CONTRATANTE**;
- 2.16.** Atender durante a execução do objeto o termo de Referência (anexo VIII da presente Tomada de Preços), Parecer Técnico do Agente Técnico da Cetesb (Anexo XII da já Referida Tomada de Preços).

CLÁUSULA 3

DO VALOR

- 3.1.** O valor global do presente é de R\$ (.....), (conforme planilha orçamentária apresentada pela Contratada, constante no processo licitatório em epígrafe.
- 3.2.** Poderá ser acrescido ou suprimido, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões previstos no **Art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.**



CLÁUSULA 4

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira pagará à **EMPRESA CONTRATADA** pela execução do objeto através da sua tesouraria, da seguinte forma:

4.1.1. A empresa contratada poderá emitir Nota Fiscal/Fatura mensal, ou seja **30 (trinta)** dias consecutivos após a emissão da ordem de início dos serviços e as demais a cada **30 (trinta)** consecutivos, em conformidade com os serviços realizados, medidos e autorizados, o pagamento ocorrerá conforme liberação constante **na Cláusula Sexta – Do Repasse dos Recursos** do Contrato Fehidro nº 43/2019;

4.1.2. As medições/notas fiscais deverão vir autorizadas pelo(a) Engenheiro(a) responsável pela fiscalização do objeto, sendo que no corpo das notas fiscais, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e o SAAE e número do contrato FEHIDRO, sendo que tais documentos deverão vir com aceite do fiscal do contrato.

4.1.3. Liberando o recurso para pagamento por parte do Estado, o SAAE pagará sua contrapartida na proporção que cabe a ela, onde este pagamento ocorrerá no prazo Máximo de 20 (vinte) dias consecutivos a contar da liberação, respeitando o artigo 5º da Lei 8.666/93.

4.2. Em todas as notas fiscais deverá vir constando também o número do contrato de repasse (cláusula 2.1.2).

4.3. A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto, conforme contrato e planilhas aprovadas pelo Fehidro.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal/ Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir da sua reapresentação.

4.5. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira – SAAE, não efetuará qualquer pagamento por boleto bancário. Os pagamentos serão feitos via depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante ou mediante retirada no valor na Tesouraria do SAAE.

4.6. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

4.7. Encaminhar junto com a Nota Fiscal as guias do(s) mês(es) do INSS, FGTS e PIS, devidamente recolhidas. Tais documentos são correspondentes ao período de execução dos serviços.

CLÁUSULA 5

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O prazo de execução do objeto licitado será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogável.

5.1.1. A ordem de de início de serviços somente será emitida após parecer, aprovação e liberação da 1ª parcela pelo FEHIDRO emitida pelo Agente Técnico do Estado.



5.1.2. A prorrogação do prazo, caso comprovadamente necessário, somente será efetuado mediante justificativa expressa apresentada pela parte interessada com anuência da outra, antes do limite fixado para seu término e autorizado pelo Agente Técnico do Estado "CETESB".

CLÁUSULA 6

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os custos e despesas resultantes dos pagamentos da execução do objeto da presente licitação serão de responsabilidade desta Autarquia, através das **Dotações Orçamentária:**

Unidade: 01 SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE

Executora: 01 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE

Dotação: 17.512.0020.1456.4.4.90.51.00.00 OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA

Cód. Reduzido: 3138

Reserva de Saldo: 690

Valor Reservado: 2.489.104,77 (dois milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e quatro reais e setenta e sete centavos).

VERBA: FEHIDRO

Unidade: 01 SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE

Executora: 01 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE

Dotação: 17.512.0020.1456.4.4.90.51.00.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURID

Código Reduzido: 3137

Reserva de Saldo: 691

Valor Reservado: R\$ 216.465,74 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

CLÁUSULA 7

DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

7.2. Constituem motivos para rescisão, os fatos elencados no artigo 78, da Lei Federal 8.666/93.

7.3. A rescisão do contrato poderá ser de acordo com o disposto no artigo 79, da Lei Federal nº. 8.666/93, acarretando as consequências do artigo 80, do mesmo diploma legal.

7.4. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA 8

DAS SANÇÕES

8.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, sujeitará a Contratada às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;



8.1.2. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com esta Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme a autoridade fixar em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

8.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

8.1.4. À parte que der causa à rescisão do presente contrato sem justo motivo obrigará-se à pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total deste instrumento, à época da ocorrência, a qual será revertida à parte inocente, garantindo sempre o direito à defesa.

8.1.5. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a contratada pagará a seguinte multa, garantindo sempre o direito a defesa, de:

8.1.5.1. Atraso em até **10 (dez) dias consecutivos**: multa de 0,20% ao dia, sobre o valor total deste instrumento;

8.1.5.2. Atraso de **11 (onze) à 15 (quinze) dias consecutivos**: multa de 0,40% ao dia, sobre o valor deste instrumento;

8.1.5.3. Superior a **15 (quinze) dias consecutivos** enseja a rescisão, aplicando as penalidades constantes neste instrumento.

8.1.6. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas. A **CONTRATADA** também não se eximirá das sanções previstas nas Leis n.º 8.666/93 e 8.883/94 e suas alterações.

CLÁUSULA 9

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se compromete, em decorrência desta avença, a:

9.1. Fornecer todos os dados e informações necessárias à completa e correta execução dos serviços;

9.2. Fornecer quando solicitado pela **CONTRATADA**, no decorrer dos serviços, quaisquer outros dados e informações, que se fizerem necessários à execução dos serviços;

9.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, bem como fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

9.4. Acompanhar e fiscalizar todas as etapas da execução do objeto;

9.5. Designar 01(um) técnico para atender a **CONTRATADA** a qualquer momento, se houver necessidade;

9.6. Exercer fiscalização, bem como, o controle tecnológico sobre o serviço, através de seus técnicos ou de técnicos especialmente contratados, além dos controles de responsabilidade legal da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA 10

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

O Termo de Recebimento Provisório deverá ser emitido pelo(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização, e assinado por ele(a), por quem solicitou a obra e pelo(a) responsável legal da empresa contratada, em até **15 (quinze)** dias consecutivos da comunicação escrita da empresa Contratada do término de execução, e o Termo Definitivo deverá ser emitido pelo(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização, e assinado por ele(a), por quem solicitou o objeto, pelo Sr. Diretor Geral e pelo(a) responsável legal da empresa contratada, após o término do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, esclarecendo que o prazo de observação não poderá ser superior a **90 (noventa)** dias consecutivos, à contar da comunicação escrita da empresa Contratada do término de execução do objeto.

CLÁUSULA 11

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O responsável pelo acompanhamento e fiscalização será nomeado pela Diretoria Geral, sendo que a responsabilidade técnica da obra é inteira responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA 12

DA VIGÊNCIA

O prazo da vigência do instrumento contratual inicia-se a partir da data de sua assinatura encerrando-se na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA 13

DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento é firmado de acordo com as Leis n.º 8.666/93 e 8.883/94 e suas alterações.

CLÁUSULA 14

DO FORO

14.1. Para quaisquer questões, dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente contrato, as partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, para dirimir as questões da interpretação deste ajuste, e renunciam a outros pôr mais privilegiados que sejam.

14.2. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado e pôr estarem as partes justas e contratadas de pleno acordo, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e para um único efeito de direito, juntamente com duas testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presente.

Pedreira (SP), de de 2019.



SERVIÇO AUT. DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

(NOME DA CONTRATADA)

(NOME DO REPRESENTANTE)
CONTRATANTE

(REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01 - Nome por extenso : _____

R.G. : _____

Assinatura : _____

02 - Nome por extenso : _____

R.G. : _____

Assinatura : _____



ANEXO VII – TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira/SP

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: Contratação de empresa para substituição de rede pelo método não destrutivo (mnd) das redes de distribuição de água e ramais de ligação dos bairros São José e Bela Vista do município de Pedreira.

Na qualidade de **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Pedreira(SP), __ de _____ de 201__.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

(NOME DA CONTRATADA)

NOME DO(A) DIRETOR(A) GERAL
CONTRATANTE

(REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA)
CONTRATADA